



RESUMO EXECUTIVO DA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS

Data: 9 e 10 de março de 2017

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omilton Visconde” – Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar – Brasília/DF.

OBJETIVOS DA 291ª REUNIÃO ORDINÁRIA:

- 1) Debater a proposta do SUS legal, elaborada pelos gestores (Comissão Intergestores Tripartite – CIT).
- 2) Assistir, debater e deliberar sobre os itens do Radar.
- 3) Analisar e deliberar sobre os pareceres da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT.
- 4) Apreciar e deliberar sobre as demandas da Comissão Intersetorial de Orçamento e financiamento – COFIN.
- 5) Apresentar, debater e refletir sobre a temática do princípio da integralidade e a assistência farmacêutica.
- 6) Expor, debater e discutir acerca da situação da epidemia de AIDS no Brasil e ações para 2017.
- 7) Acompanhar, refletir e rever possíveis encaminhamentos referentes às temáticas da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde e 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres.

ITEM 1 – APROVAÇÃO DA PAUTA DA 291ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Coordenação: conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, Presidente do CNS

Deliberação: aprovada a pauta da reunião com inclusão do tema “proposta de planos acessíveis de saúde” no item Radar.

ITEM 2 – EXPEDIENTE - Justificativa de ausências; Apresentação de Convidados (as), Coordenadores (as) de Plenária e Novos (as) Conselheiros (as); Informes; e Indicações.

Coordenação: conselheira **Ana Cláudia Pereira Martins**; conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**; **Neide Rodrigues dos Santos**, Secretária-Executiva do CNS; e conselheira **Sueli Terezinha Goi Barros**

Justificativa de ausências - Heliana Neves Hemeterio dos Santos; Joana Batista Oliveira Lopes; Juliana Acosta Santorum; Oriana Bezerra Lima; Maria Zenó Soares da Silva; Marina Monteiro de Castro e Castro; Ricardo José Magalhães Barros; e Wilen Heil e Silva.

Apresentação de Convidados (as), Coordenadores (as) de Plenária e Novos (as) Conselheiros (as)

Informes

Neste ponto, o Plenário fez informes sobre temas diversos.

1) Informe sobre a reunião da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, Presidente do CNS

2) Informe sobre Campanha da Fraternidade CF 2017 – “Fraternidade: biomas e a defesa da vida”

Apresentação: conselheiro **André Luiz de Oliveira** e conselheira **Maria das Graças Gervásio**

3) Informe acerca do envio, pelo Ministério da Saúde, de consulta aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde sobre Diretrizes para o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, com prazo até 28 de abril de 2017

Apresentação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**

Encaminhamento: incluir este item no ponto de pauta da COFIN/CNS.

4) Informe sobre a escolha de nova coordenação do Fórum Nacional de Trabalhadores da Saúde - FENTAS

5) Informe sobre a escolha de nova coordenação do Fórum de Usuários Nacional

Indicações.

O Ministério da Saúde, em atendimento à Portaria de 16 de fevereiro de 2017, solicita a indicação de um representante, titular e suplente, para composição do Grupo de Trabalho – GT da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASPI. Obs.: dois representantes da CISI (titular e suplente) já compõem o referido comitê.

Indicações: Titular: conselheiro **Wanderley Gomes da Silva**. Suplente: conselheira **Nelcy Ferreira da Silva**.

ITEM 3 – O SUS LEGAL

Apresentação: **João Gabbardo dos Reis**, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; **Marcos Franco**, representante do Ministério da Saúde; **Mauro Guimarães Junqueira**, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS

Coordenação: conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; e conselheira **Nelcy Ferreira da Silva**

Deliberação: referendar a participação da COFIN no grupo de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite para contribuir com os debates; incentivar a realização de **audiências públicas nos estados para aprofundar o debate sobre a proposta** mudança dos critérios de rateio e formas de transferência de recursos; e reiterar a importância da participação de representantes do CONASEMS e do CONASS na COFIN/CNS. Além desses encaminhamentos, o Plenário aprovou minuta de recomendação acerca da medida recentemente anunciada pela CIT referente à mudança do critério de repasse fundo a fundo (o texto foi apreciado no item 9 da pauta).

ITEM 4 – RADAR - Desabastecimento de soro antiofídico no SUS. Proposta de planos de saúde acessíveis.

Coordenação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**; conselheira **Jani Betânia Souza Capiberibe**; conselheira **Sueli Terezinha Goi Barros**; e conselheira **Maria Conceição da Silva**

Desabastecimento de soro antiofídico no SUS.

Apresentação: **Lais Martins de Aquino**, representante do Ministério da Saúde

Deliberação: a área técnica do MS continuará a fazer o monitoramento do abastecimento de soro antiofídico no SUS e informará o CNS, com antecedência, sobre a possibilidade de desabastecimento; e o CONASEMS informará ao MS os municípios com dificuldade de acesso ao soro e será dada resposta a esses entes, com cópia ao CONASEMS.

Proposta de planos de saúde acessíveis

Deliberação: neste ponto de pauta, o Plenário aprovou, com dois votos contrários e duas abstenções, moção de repúdio, apresentada pelo FENTAS, à proposta de planos privados de saúde. Além disso, o Plenário decidiu: convocar reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Suplementar para os dias 21 e 22 de março, a fim de debater a proposta; e solicitar à presidência da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS espaço na pauta da próxima reunião da Câmara de Saúde Suplementar para que o Presidente do CNS apresente a posição do CNS acerca da proposta de planos de saúde acessíveis. Além disso, neste ponto, foi definido que a Secretaria Executiva do CNS deverá fazer levantamento das resoluções do CNS não homologadas e encaminhar ao Ministério da Saúde para justificativas.

ITEM 5 – O PRINCÍPIO DA INTEGRALIDADE E A ASSISTENCIA FARMACÊUTICA

Apresentação: **Glicério Diniz Maia**, Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo – Sinfar-SP; **Mirna Poliana Furtado de Oliveira Martins**, Diretora Substituta do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – DAF/SCTIE/MS; **Norberto Rech**, professor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Coordenação: conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, Presidente do CNS; conselheira **Lorena Baia de Oliveira Alencar**; e conselheira **Patrícia Augusta Alves Novo**

Deliberação: como resultado do debate deste tema, o Plenário decidiu: elaborar resolução reafirmando os eixos estratégicos da Política Nacional de Medicamentos e o papel do Estado na garantia de acesso aos medicamentos (o texto da resolução foi apreciado no item 12 da pauta); elaborar recomendação ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para não concessão de patente ao medicamento SOFOSBUVIR (o texto da recomendação foi apreciado no item 12 da pauta); manifestar-se em defesa da anuência prévia pela Anvisa na concessão de patentes; reiterar a solicitação à Prefeitura de São Paulo que envie ao CNS o projeto que muda o atual modelo de dispensação de medicamentos através das unidades de saúde (fechamento das farmácias dos postos de saúde e distribuição de medicamentos do SUS por meio da rede comercial); garantir a participação de representante do CNS no Fórum de Assistência Farmacêutica; e pautar debate no CNS sobre o Programa Farmácia Popular.

ITEM 6 – 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES - Apresentação da Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher - CISMU em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Violência contra a mulher.

Apresentação: **Maria Cecília de Souza Minayo**, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Coordenação: conselheira **Carmen Lucia Luiz**; e conselheira **Heliana Neves Hemeterio dos Santos**

Fernanda Lopes – Representante Auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas (UNFRA) do Brasil e responsável pelo tema Saúde Reprodutiva e Direitos. Esteve presente, mas não pode permanecer por conta do atraso na pauta.

Neste ponto de pauta, o Plenário apreciou recomendação, elaborada pela CISMU/CNS, recomendando: 1) que o Conselho Nacional de Saúde encaminhe as providências jurídico-legais acerca do conteúdo preconceituoso do material utilizado pelo curso preparatório MEDGRUPO; e 2) que encaminhe ao Conselho Federal de Medicina solicitação de apuração de responsabilidade pela produção de tal conteúdo por médicos.”

Deliberação: aprovada, por consenso, com os adendos feitos pelo Plenário, a recomendação, elaborada pela CISMU/CNS. No debate também foi sugerido: pautar o tema aborto no item da 2ª CNSMu (na reunião de abril ou maio); e pautar debate sobre violência.

ITEM 7 – SITUAÇÃO DA EPIDEMIA DE AIDS NO BRASIL E AÇÕES PARA 2017

Apresentação: **Adele Schwartz Benzaken**, Diretora do Departamento das IST, Aids e Hepatites Virais – DIAHV/SVS/MS; **Cléiton Euzébio de Lima**, Assessor de Mobilização Social e Trabalho em Rede da UNAIDS

Coordenação: conselheiro **Arlson da Silva Cardoso**; conselheiro **Moyses Longuinho Toniolo de Souza**; e conselheira **Clarice Baldotto**

Neste ponto de pauta, houve amplo debate acerca da temática, mas não houve encaminhamentos.

ITEM 8 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO – CIRHRT

Coordenação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: conselheiro **Gerdo Bezerra**, coordenador da CIRHRT/CNS; e conselheiro **Danilo Aquino Amorim**, coordenador-adjunto da CIRHRT/CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **1)** aprovada, por consenso, moção de apoio, elaborada pela CIRHRT/CNS, à bancada sindical da Mesa de Negociação do GHC e que reafirma a importância do efetivo funcionamentos das mesas de negociação do SUS, em âmbito nacional, estadual e municipal, como forma de valorizar os trabalhadores, atender com qualidade a população e, acima de tudo, fortalecer o Sistema Único de Saúde – SUS; **2)** aprovada, com duas abstenções e com as contribuições dos conselheiros, resolução nos termos da Nota Técnica, elaborada pelo Grupo de Trabalho sobre Diretrizes Curriculares Nacionais das Graduações da Área da Saúde, com recomendações do CNS à proposta de diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Saúde Coletiva; **3)** aprovados os treze pareceres elaborados na 174ª RO da CIRHRT (os treze processos foram de autorização, sendo cinco de odontologia, seis de psicologia e dois de enfermagem. Desse total, onze processos insatisfatórios, um processo satisfatório e um processo satisfatório com recomendações); e **4)** aprovada a indicação de dois nomes para compor o COAPES: conselheiro **Gerdo Bezerra de**

Faria e conselheira **Maria Angélica Zollin de Almeida**. Ainda neste ponto, o Plenário decidiu: encaminhar, via Ministério da Saúde, a solicitação da participação do CNE/MEC na CIRHRT; pautar informe no Radar sobre o Programa mais Médicos; e pautar debate sobre o programa de residência em geral, com convite ao MEC (sugestão: que a coordenação da CIRHRT contribua na definição desta pauta).

ITEM 9 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN

Coordenação: conselheiro **André Luiz de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS; conselheira **Maria Aparecida Diogo Braga**

Apresentação: **Francisco Funcia**, assessor técnico da COFIN; conselheiro **Wanderley Gomes da Silva**, coordenador da COFIN/CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Plenário decidiu que as comissões do CNS deverão analisar e apresentar contribuições à PAS 2017 até 25 de março de 2017. Além disso, o Plenário aprovou, com sete contrários e uma abstenção, contemplando as sugestões de alterações feitas ao texto, recomendação ao Ministério da Saúde, em substituição à medida recentemente anunciada pela CIT referente à mudança do critério de repasse fundo a fundo - dos seis blocos da Portaria 204 e seguintes para duas modalidades (custeio e investimento), a definição de uma agenda de trabalho com ações e objetivos de curtíssimo, curto e médio prazo.

ITEM 10 – CONTRIBUIÇÕES DO CNS SOBRE A REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA

Coordenação: conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, Presidente do CNS

Apresentação: conselheira **Liu Leal**; e **Alan Nuno**, diretor do Departamento de Atenção Básica – DAB/MS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Plenário aprovou, por unanimidade, os encaminhamentos oriundos do GT sobre a revisão da Política Nacional de Atenção Básica: **1)** solicitar à Câmara Técnica da CIT e aos seus membros os documentos em formulação sobre a revisão da PNAB; **2)** propor aos CES, COSEMS e demais entidades que compõem o CNS a realização de Fóruns sobre a reformulação da PNAB; **3)** solicitar apoio a comissões do CNS (COFIN, Educação Permanente, Práticas Integrativas, Saúde Indígena, etc) e aos entes da gestão (CONASS, CONASEMS, DAB/MS) para qualificar a análise referente à execução da política no momento e os seus desafios; **4)** finalizar os trabalhos até o final do semestre; **5)** definir a composição do segmento da gestão no GT. Sugestão: CONASEMS. Convidados: CONASS e DAB/MS; **6)** inserir no debate o tema sobre cuidado compartilhado dos profissionais de saúde dentro da atenção básica; **7)** realizar oficina no Congresso da ABRASCO; **8)** realizar a próxima reunião nos dias 4 e 5 de abril de 2017; e **9)** recomendar ao MS que o relatório em processo de revisão não seja apresentado na CIT de abril e que só ocorra após ampla discussão e contribuição.

ITEM 11 – 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Item transferido para a próxima reunião.

ITEM 12 – COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS

Coordenação: conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**, da Mesa Diretora do CNS; conselheira **Cleuza Maria Faustino do Nascimento**; conselheira **Deise Araújo Souza**; e conselheira **Carolina Abad**

Informe sobre a reunião da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica - CICTAF, realizada nos dias 7 e 8 de março de 2017

Apresentação: conselheira **Lorena Baía**, coordenador da CICTAF

Deliberação: neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **1)** aprovada, por unanimidade, com adendos, resolução em que o CNS: **a)** Reafirma os eixos estratégicos da Política Nacional de Assistência farmacêutica, em especial o da manutenção de serviços de assistência farmacêutica na rede pública de saúde, nos diferentes níveis de atenção, considerando a necessária articulação e a observância das prioridades regionais definidas nas instâncias gestoras do SUS; além da qualificação dos serviços de assistência farmacêutica existentes, em articulação com os gestores estaduais e municipais, nos diferentes níveis de atenção; **b)** Exige que, no processo de mudança dos critérios de rateio e formas de transferência de recursos fundo a fundo, não haja redução na alocação de recursos para a assistência farmacêutica, em comparação aos montantes investidos pelas três esferas de governo nos últimos anos; e **2)** aprovada, por unanimidade, com ajustes no texto, recomendação do CNS com o seguinte teor: **a)** Ao INPI que priorize a análise de pedido de patente do medicamento Sofosbuvir. **b)** À Anvisa, nos termos da legislação brasileira vigente e dado o interesse de Saúde Pública, priorize a análise quanto à Prévia Anuência ao pedido de patente do medicamento Sofosbuvir. **c)** Que o INPI, no resguardo dos interesses de Saúde Pública do Brasil, considere como relevantes os subsídios ao exame de patente apresentados por instituições públicas, representações da sociedade civil e por entes do setor produtivo privado nacional e, em assim fazendo, não conceda a patente pretendida do medicamento Sofosbuvir. **d)** Que o INPI, no resguardo da legislação brasileira vigente, acolha a análise de Prévia Anuência da Anvisa, enquanto parte do processo de exame do pedido de patente para o medicamento Sofosbuvir. **e)** Que a Anvisa, no mais elevado interesse da Saúde Pública e considerando os subsídios ao exame de patente apresentados por instituições públicas, representações da sociedade civil e por entes do setor produtivo privado nacional, não conceda Prévia Anuência à concessão da patente pretendida para o medicamento Sofosbuvir.

Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde nos Ciclos de Vida – apreciação da minuta de recomendação elaborada pela Comissão, com contribuições de duas comissões e Mesa Diretora do CNS. No texto, o CNS recomenda: **1)** Ao Congresso Nacional que rejeite a PEC 287/2016, em especial toda e qualquer proposta de alteração do artigo 203 da Constituição Federal de 1988; **2)** A articulação da sociedade junto aos deputados federais, para uma mobilização política, visando assegurar os direitos sociais conquistados.”

Deliberação: aprovada, com duas abstenções, a minuta de recomendação do CNS ao Congresso Nacional que rejeite a PEC 287/2016, com a exclusão do item 2 “do recomenda”). O documento deverá ser enviado aos conselhos citados da Esplanada e aos listados no manifesto.

Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência CIASPD – informe sobre a última reunião da Comissão e apresentação de encaminhamentos
Apresentação: conselheira **Priscilla Viegas Barreto de Oliveira**

a) Minuta de resolução, elaborada pela CIASPD. No documento, texto o CNS resolve: **1)** manifestar-se pela manutenção dos benefícios assistenciais destinados aos idosos e às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, conhecido como Benefício de Prestação Continuada – BPC, vinculados ao salário mínimo. **2)** manifestar-se favorável à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI sobre a real situação da Previdência Social. **3)** manifestar-se favorável a abrir um amplo debate com a sociedade sobre a melhor forma de conduzir os trabalhos da Previdência Social, depois de esclarecida a situação pela CPI. **4)** posicionar-se contrário à retirada de direitos previdenciários, contidos na PEC 287, que: altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.”

Deliberação: aprovada a resolução com uma abstenção.

b) O Presidente do CNS assinou, *ad referendum* do Plenário, manifesto sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC para marcar posição do Conselho (o documento está em consonância as definições do CNS a respeito).

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o apoio, *ad referendum*, ao Manifesto sobre o Benefício de Prestação Continuada.

Recomendação - aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde-CONASEMS que participem da mobilização social contra a Reforma da Previdência Social marcada para o dia 15 de março, uma vez que está diretamente relacionada aos efeitos negativos da Emenda Constitucional nº 95/2016 que também tenderá a gerar um processo de desmonte do Sistema Único de Saúde pela redução no seu processo de financiamento.

Deliberação: aprovada a recomendação, com uma abstenção e adendo (incluir “todas as entidades do CNS” e não apenas CONASEMS).

Informe sobre a 95ª Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena/CISI/CNS, realizada em 23 e 24 de fevereiro de 2017.

Apresentação: conselheira **Vânia Lúcia Leite**

Deliberação: aprovado o Plano de Trabalho da CISI, com a sugestão de incluir a interculturalidade como eixo prioritário; e aprovada a realização da 96ª Reunião em Sidrolândia/MS.

Situação que ocorre em Florianópolis/SC

Encaminhamento: o CNS manifestou solidariedade ao Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis/SC; e solicitará manifestação do CES/SC sobre o que ocorre no CMS de Florianópolis.